



# Universidade Católica de Brasília

## Pró-Reitoria de Extensão

### Diretoria de Programas Comunitários

#### EDITORIAL

A temática da inovação tem despertado interesse em diversos atores e segmentos da sociedade, especialmente devido a eficácia de seus resultados, tais como novas e criativas soluções para demandas que as pessoas e as organizações têm apresentado.

No campo da educação superior e, em especial nos processos de aprendizagem em que professores e estudantes têm se envolvido, a inserção de conceitos e práticas de inovação são desafios que estão postos no seu cotidiano. Desafios mais prementes e urgentes quando se trata de ações que procurem construir condições concretas que possam contribuir para a inclusão social de pessoas e grupos que têm estado fora das condições mínimas aceitáveis de acesso aos direitos humanos.

Tais processos de inclusão social, contudo, exigem, pelo menos, três abordagens que os sustentem: que tenham como fundamento o acesso ao direito inalienável à dignidade humana; que sejam embasadas em concepções científicas sólidas com dados e argumentações consistentes; que venham acompanhados de técnicas que possam ser medidas em indicadores de validação dos resultados.

Neste sentido, a inovação para a inclusão social que é feita pela universidade precisa responder perguntas imprescindíveis que são inerentes à academia, entre as quais destacamos duas: Qual tipo de inovação é proposta? Inovação para quem e para o quê?

Em primeiro lugar, quando pergun-tamos pelo tipo de inovação proposta para a inclusão social devemos considerar que estamos trabalhando o conceito a partir da especificidade da “universidade”. Esta organização social

tem, necessariamente, a responsabilidade de incluir no seu processo de ensino e aprendizagem o compromisso com a sociedade em que está inserida visando a contribuir para a solução de problemas candentes que clamam por repostas urgentes. Neste sentido, não se trata de qualquer inovação, mas sim daquela que, intrínseca ao processo de aprendizagem e trato com o conhecimento, torna-se uma ferramenta que promove mudanças nos protagonistas da aprendizagem.

Em segundo lugar, o conceito de inclusão social não tem um sentido único, muito menos desinteressado. Quando propomos a “inclusão social” temos de levar em conta que existe um sistema político, econômico e ideológico que promove o seu contrário, a “exclusão social”. Neste sentido, inovação para a inclusão social tem destinatários concretos, que são os sujeitos excluídos por outros sujeitos e estruturas sociais que lhes negam o direito à dignidade humana. Destaca-se aqui que a inovação que se propõe visa à inclusão destes sujeitos para que tenham acesso aos direitos que lhes foram tomados de forma injusta e irresponsável. Inovar para inclusão social significa, portanto, produzir um processo capaz de gerar uma solução inovadora para um problema social pré-existente; solução esta que seja mais efetiva, eficiente e sustentável, ou, até mesmo, que mude o foco do valor agregado no processo da perspectiva do indivíduo para a sociedade.

Em terceiro lugar, a inovação que a universidade propõe-se a realizar para a inclusão social não se caracteriza como um processo unilateral, em que as pessoas excluídas são colocadas como objeto de intervenção. Pelo contrário, o próprio princípio da inclusão pressupõe a participação efetiva das pessoas e dos grupos excluídos no processo de sua inclusão. Neste sentido, inovação para a inclusão social não se reduz à prestação de serviços, mas é um processo que coloca os sujeitos excluídos como protagonistas e autores da inclusão, com o suporte e apoio da universidade.

Considerada sob tais perspectivas, a inovação apresenta-se como um mecanismo capaz de contribuir para a inclusão social e para o desenvolvimento sustentável, bem como para promoção de mudanças nas redes de atores sociais a partir do empoderamento associado à socialização da informação, conhecimento e competências.

No trato das questões sociais, pode ser entendido como inovação todo novo arranjo, método ou processo social outrora inexistente, seja para a preservação, recuperação ou ampliação do bem público, da cidadania, dos direitos, da inclusão social, do capital social e da qualidade de vida em geral, que passa a ser utilizado pelas comunidades devido à sua capacidade de produzir impactos benéficos irrestritos.

A partir dessas premissas, a **Revista Dialogos**, na edição número 12, privilegiou a edição de artigos e de textos que tratam do tema da Extensão Universitária, sob o ponto de vista da Inovação para a Inclusão Social.

No primeiro artigo, intitulado **O Humanismo Pedagógico de Dom Bosco nas Instituições Universitárias Salesianas**, G. Caliman recupera os ensinamentos de um dos grandes pensadores católicos na área da educação, Giovanni Belchior Bosco, mais conhecido como Dom Bosco que, no decorrer do século XIX, esteve à frente de programas inovadores, que privilegiavam jovens, pobres e imigrantes em busca de melhores condições de vida. Em seguida, Caliman defende a tese de que a prática pedagógica executada por Dom Bosco naquela época coincide com as recomendações feitas pela Unesco, nos fins do século XX, e que versam sobre a amplitude do processo educativo propondo atenção a dimensões tais como as do conhecer, do ser, do conviver e do fazer. Intuitivo, à frente do seu tempo, o educador abraçou uma causa, ao dar atenção a seguimentos desprotegidos da sociedade, podendo ser considerado, por suas ações e pensamentos, como um autêntico inovador social.

Em seguida, dois artigos tratam de experiências inovadoras e bem sucedidas, realizadas pelas equipes de programas de extensão universitária de duas instituições paulistas. **EJA – Ensino Fundamental: uma proposta real**, escrito por Beatriz Picini Magagna, põe os leitores

a par de um Programa de Educação de Jovens e Adultos, desenvolvido pela Universidade Sorocaba. A comunidade atendida é formada por pessoas que interromperam os estudos por motivos diversos e que sofre com a falta de capacitação profissional e existencial no processo de inserção no mercado de trabalho. Desenvolvido desde 1998, O EJA, segundo a autora, tem se pautado por oferecer material didático específico para os alunos e também pela maleabilidade da oferta de horários, os quais contemplam as longas e cansativas jornadas de trabalho de jovens e adultos que chegaram à maturidade sem conseguir ler, escrever e interpretar as mensagens com fluência. Já o artigo **Projeto Leitor: desenvolvendo alunos e formando professores em um projeto de extensão**, de Luzia Bueno e Eliana Maria Severino Dono Ruiz, conta a história do projeto desenvolvido pela Universidade São Francisco, do Campus de Itatiba, em Campinas, e que coloca frente a frente estagiários de licenciatura e patrulheiros, jovens de 16 a 18 anos, que são brindados com aulas de leitura, produção e análise lingüística. Os ganhos são mútuos e a parceria é provocativa para os pensadores da área.

A tentativa de inclusão de grupos sociais minoritários é o tema dos artigos **O Protagonismo da Liderança Feminina na Cooperativa Reciclo e Sua Relação Com a Estrutura da Família Contemporânea**, de Carla Fernanda Silva Prado, Aline Machado de Moraes dos Santos, Amanda Ricardo de Pinho, Ariely de Castro Silva e Thaísa Emerick Menezes e de **Construindo Condições Inclusivistas na Escola Oswaldo França Jr.**, de Ana Heloísa Senra com a contribuição de outros 13 autores. O primeiro discute o papel exercido por mulheres integrantes da Cooperativa Reciclo, situada no Distrito Federal, relacionando-o às mudanças que estão ocorrendo no modelo familiar nacional. Já o segundo, apresenta o percurso de implementação de um projeto de extensão destinado às crianças com necessidades educacionais especiais. O caminho para a inclusão das crianças passa pelas artes, as brincadeiras e a associação às famílias dos alunos. É ressaltado pelos autores que as teorias da psicanálise aplicadas à educação contribuí enormemente para o sucesso de tais iniciativas.

Em seguida, a **Revista Dialogos** número 12 publica dois artigos que abordam experiências na área de educação ambiental, realizadas na Universidade Federal



de Viçosa, cidade mineira. **Construindo Uma Proposta Metodológica de Pesquisa Participativa a Partir do Diálogo entre Educação do Campo e Etnobiologia** de Juliana Lins, Reinaldo Duque-Brasil, Willer Araújo Barbosa, José Henrique Schoereder e Maria do Carmo Fontes, explica e discute como questões relativas ao meio ambiente podem ser abordadas em escolas rurais. **Desenvolvimento de Métodos Interativos no Museu de Zoologia João Moojen – UFV, MG**, de Marina Paula da Cunha Oliveira, Raisal Reis de Paula Rodarte e Renato Neves Feio, nos põe a par de como o Museu que dá título ao artigo tem sido utilizado para atrair grupos de crianças e de jovens que, ao visitarem o local, concomitantemente aprendem a relacionar-se com o cotidiano e com o meio ambiente de forma saudável, sem riscos de depredação à fauna e à flora.

Para fazer jus à idéia de que extensão é um conceito universal e não nacional publicamos o artigo **Arranjos Produtivos Locais: experiências de mobilização de comunidades em, Israel**, no qual Leila Bijos comenta sobre experiências na área de inovação social no país judeu. A autora argumenta que a partir de padrões organizacionais é possível mudar uma realidade social, explorando a participação dos envolvidos, desde a elaboração até a execução dos projetos.

Para encerrar a edição publicamos um texto do Pe. Romualdo Degasperi, reitor da Universidade Católica de Brasília, no qual o educador homenageia os professores, ao mesmo tempo que discute as implicações sócio-culturais de sua profissão, a qual é especial por fatores diversos, como sabem todos que já experienciaram uma sala de aula estabelecendo o convívio com jovens aprendizes.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Jorge Hamilton Sampaio  
e Liliane Machado.

